TL 1861

GRUPO PARLAMENTAR
DO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Intervenção do Deputado

Miguel Urbano Rodrigues

Sessão Plenária do Dia

16 de Novembro de 1994

"Timor-Leste"

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

Na semana passada, ao recordarmos nesta Casa o 3º aniversário do massacre de Santa Cruz, a homenagem de heroísmo do povo maubere coincidiu, a nível nacional, com manifestações ingénuas de esperança numa evolução positiva da política timorense da Indonésia.

Aos que acreditam na sinceridade das autoridades de Jacarta e na boa vontade dos negociadores indonésios, os acontecimentos trouxeram rápida resposta.

Os ocupantes voltaram a mostrar quem são, o que pretendem e o que pensam dos direitos humanos. Timor-Leste voltou esta semana a ser uma terra assolada pela violência. A ausência de informações credíveis não permite avaliar com um mínimo de rigor as proporções e efeitos da onda de repressão em curso. Sabe-se, entretanto, que, pelo menos, um timorense foi assassinado, que o seu corpo, retirado num helicóptero, não pôde ser sepultado, e sabe-se também que houve dezenas de feridos e mais de uma centena de prisões.

Desta vez não houve tiros porque a onda de vandalismo coincidiu com a realização da Conferência da APEC, ou seja, da Cooperação

dos Países da área Ásia-Pacífico. A repetição de uma chacina como a de Santa Cruz teria consequências devastadoras para a Indonésia, no momento em que os chefes dos Estados da APEC estão reunidos em Bogor.

Houve quem ficasse decepcionado com a frouxa reacção do Presidente Clinton, limitando-se a afirmar que o povo de Timor-Leste deve participar mais no debate sobre os seus próprios problemas.

Não fiquei surpreendido. Por um lado, o Presidente dos EUA nunca manifestou interesse pela causa de Timor-Leste; de outro lado, os lobbies indonésios funcionaram intensamente nos EUA na véspera da Conferência da APEC. Significativo que o New York Times, o grande diário que desde 1992 vinha incluindo a defesa do direito à

autodeterminação do povo maubere nos editoriais dedicados ao tema de Timor tenha agora assumido uma posição recuada e tímida. Esqueceu a autodeterminação para citar apenas os direitos humanos e sindicais num texto inócuo, quase reverencial para a Indonésia. Visivelmente, não quer criar embaraços a um presidente desejoso de fugir deles.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

Alguns órgãos de comunicação mostram-se impressionados com uma ambígua declaração do presidente Suharto produzida numa conferência de imprensa. O ditador indonésio -- a braços com movimentos secessionistas e com uma contestação global cada vez mais forte -- fez apenas uma vaga alusão a uma futura conferência

para debate da questão de Timor. Com 29 timorenses refugiados na Embaixada nos EUA em Jacarta e com o povo de Díli nas ruas a exigir liberdade, protestando contra a ocupação pela força do país, o general Suharto não poderia logicamente deixar de aflorar o tema de Timor. Disse, porém, sobre o assunto o menos possível, sem assumir qualquer compromisso.

Tudo dependerá, obviamente, das pressões externas, nomeadamente dos EUA e da força da solidariedade internacional.

Mas não há motivos para acreditar que a actual Administração norte-americana esteja disposta a rever a sua decisão --tomada em desafio a Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU -- de considerar a anexação de Timor um facto consumado.

Senhor Presidente,

Sejamos realistas. Romper o diálogo com a Indonésia seria uma atitude emocional da parte de Portugal. Prejudicaria o povo maubere.

Mas os acontecimentos destes dias em Timor-Leste exigem também reflexão. Envolvem ensinamentos que devemos ter presentes. O Ministro Ali Alatas insiste muito na necessidade de serem tomadas medidas que criem um clima de confiança entre a parte portuguesa e a Indonésia. Até agora Jacarta apenas tem feito demagogia. E nos últimos dias, a onda de violência que se abateu sobre o povo maubere vale por uma confirmação de que se não pode confiar na palavra dos representantes javaneses.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

O PCP apoia naturalmente o projecto de resolução que vai ser submetido a votação do Plenário. Ao fazê-lo prestamos, mais uma vez, comovida homenagem à luta tenaz do povo maubere. Quem, em condições tão terríveis, de privação das liberdades sabe bater-se com tamanha coragem, com heroísmo tão puro, está vocacionado, cedo ou tarde, para recuperar o direito de construir como sujeito da História, o seu próprio futuro.

Disse.